

**A AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE MATEMÁTICA
E O PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE 1929,
NO DISTRITO FEDERAL**

Lucia Maria Aversa Villela¹

RESUMO

Tomando notícias publicadas em jornais da época por documentos, aborda-se o processo de avaliação de livros didáticos no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. O informe disparador desse texto foi a publicação de um edital no Jornal do Brasil de 22 de maio de 1929, assinado pelo então Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, Fernando de Azevedo, em 15 de maio de 1929, divulgava o parecer sobre a avaliação de livros didáticos. Nesse edital divulgava-se que a comissão revisora, nomeada por Azevedo e que avaliou cerca de trezentos livros, constituiu-se por Zelia Jacy de Oliveira Braune, Alceu de Amoroso Lima, Goulart de Andrade, Domingos Magarinos, Joaquim Vidal e Raul Leitão da Cunha. Esse último foi o relator do documento, redigindo-o de forma detalhada, socializando assim a dinâmica utilizada durante os trabalhos. Considerando esse achado como disparador, busco enredá-lo ao processo de recomendação de livros escolares publicados em outros jornais, em momentos anteriores. Há diferenças entre a lista dos livros de Matemática aprovados em 1929, durante a gestão de Azevedo, e a publicada em 1912, quando Rocha Bastos era o Secretário Geral da Directoria Geral de Instrução Pública? Que posições e grupos jornalísticos estavam envolvidos nesses momentos de avaliações de livros didáticos?

Palavras-chave: Livros didáticos. Avaliação. Novos rumos pedagógicos.

INTRODUÇÃO:

Tal como uma foto - um instantâneo do cenário educacional - uma notícia encontrada no Jornal do Brasil de 22 de maio de 1929 me mobilizou a desvendar historicamente o cenário ali envolvido. Tratava-se de um edital, de 15 de maio daquele ano, assinado por Fernando de Azevedo, então Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal. Divulgava aos “Inspectores escolares e Directores de estabelecimentos de ensino” (JORNAL DO BRASIL, 22 mai. 1929, p. 20) o parecer com o relatório dos

¹ **Doutora** em Educação Matemática.
E-mail: lucivillela@globocom

trabalhos da comissão revisora de livros didáticos. Essa comissão fora formada por membros convidados por Azevedo, tendo à frente Raul Leitão da Cunha, além de “Dona Zelia Jacy de Oliveira Braune, Dr. Alceu de Amoroso Lima, Dr. Goulart de Andrade, Dr. Domingos Magarinos, Dr. Joaquim Vidal” (JB, 22 mai. 1929, ed. 00122, p. 20).

Mas o que foi encontrado de tão impactante nessa publicação a ponto de me motivar a tomá-la como disparadora dessa pesquisa? De imediato, salta aos olhos a preocupação do relator Cunha em divulgar detalhes sobre o processo utilizado por essa comissão de 1928/ 1929 durante a revisão dos livros didáticos. Teria sido esse documento um marco no processo avaliativo desse tipo de publicação?

O USO DE JORNAIS COMO DOCUMENTOS EM PESQUISAS HISTÓRICAS

Antes de discorrer sobre o que encontrei nos periódicos tomados como fontes para a presente pesquisa é pertinente pontuar o quanto os jornais tiveram os seus dias de rejeição nos trabalhos de natureza histórica antes da ascensão das concepções advindas da proposta historiográfica de Marc Bloch. Sua redenção enquanto documento se deu “[...] apenas na terceira geração dos *Annales*, com o fortalecimento da História Cultural pós-movimentos de maio de 1968, que o quadro da historiografia brasileira passa por alterações em sua relação com o jornal como documento-fonte” (LAPUENTE, 2015, p. 3).

Kreniski e Aguiar (2011) também consideram ter sido a partir da década de 1970 que se abandonou o preconceito com relação ao uso de jornais como possíveis documentos a serem tomados nas pesquisas: consideram que “seria um erro desprezar a imprensa escrita como fonte documental para a historiografia” (p. 4), lembrando que “alguns autores chegam a chamá-la de quarto poder nos Estados” (p. 4). Esses autores, tal como outros, alertam que “a análise da imprensa como fonte de pesquisa não pode ser realizada de forma isolada do contexto social do qual esta inserida” (KRENISKI e AGUIAR, 2011, p. 5). Dito de outra forma, isto significa “cada pesquisador, ao se confrontar com uma determinada publicação, deve desenvolver sua sensibilidade de leitura frente à materialidade histórica por ela assumida” (CRUZ e PEIXOTO, 2007, p. 261). Para essas autoras, “qualquer proposta de atividade de pesquisa com a imprensa [...] implica na observação de alguns procedimentos articulados entre si, que, compondo um percurso de

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

3

análise, não devem ser confundidos com um modelo composto por fases progressivas” (p. 260/ 261): historicamente há que se localizar o(s) periódico(s) e o(s) projeto(s) gráfico(s) e editorial(ais).

Nesse sentido cumpre levantar algumas características dos jornais que abaixo serão elencados:

Quadro 1 – Breves informações sobre o percurso e programas dos jornais citados

Jornal de Recife	<p>Surgiu em 1º de janeiro de 1859 e, na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (HDB – BN), há exemplares digitalizados até 8 de janeiro de 1938.</p> <p>Publicado em Recife, mas desde o início possuía correspondentes em outros estados.</p> <p>De início era uma revista semanal voltada as “Sciencias – Lettras – Artes” e em seu primeiro número dizia-se ter por fim “Instruir e deleitar, moralizando”. Posteriormente passou a ter publicações diárias.</p>
O Paiz (RJ)	<p>Com esse título, existiram no século XIX jornais em outros estados: MA, RS, SE e AM.</p> <p>Na Corte, atual cidade do Rio de Janeiro, tratava-se de um jornal diário e o primeiro exemplar saiu em 1º de outubro de 1884. No editorial desse exemplar afirmava-se que:</p> <p style="padding-left: 40px;">O seu empenho preponderante consiste em estar em comunicação íntima com as necessidades mais inteligentes e as idéas mais progressistas da nossa epoca: em pugnar pelas mais adeantadas aspirações do povo e pelas exigências mais liberaes do nosso futuro.</p> <p>O último disponibilizado na HHDB - BN data de 18 de novembro de 1934, quando anunciava-se como sendo um “jornal independente, politico, literário e noticioso”.</p>
Gazeta de Noticias (RJ)	<p>Tratava-se de um “folhetim” (como se anunciava) da Corte, com primeiro exemplar em 2 de agosto de 1875, onde anunciava que ali seriam publicados “diariamente todos os telegramas politicos e commerciaes, tanto do paiz como do estrangeiro”. Nesse primeiro exemplar, ao esclarecer qual era o seu “programma”, afirmava: “ao que cá vem, digo eu: ao que tem tenção de vir”.</p> <p>Na HDB – BN o último exemplar disponível data de 30 de dezembro de 1956.</p> <p>Com esse título também existiram jornais em AL, PA e MA.</p>
Correio Paulistano	<p>Publicado na cidade de São Paulo, o primeiro exemplar circulou em 26 de junho de 1854 e ali anunciava que sua missão era a de “offerecer uma IMPRENSA LIVRE”.</p> <p>Na HDB-BN, o último exemplar digitalizado data de 31 de dezembro de 1942.</p>
Jornal do Brasil	<p>Surgido na cidade do Rio de Janeiro, com a grafia “Jornal do Brazil” em 9 de abril de 1891, já no Brasil República, anunciava: “[...] vimos</p>

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

4

	assumir as responsabilidades e obrigar-nos aos deveres da imprensa em phase deveras singular e momento realmente critico ate para a imprensa, mas sobretudo para o paiz”. O último exemplar disponível na HDB-BN é de 31 de agosto de 2010.
--	--

Fonte: elaborado pela autora, com base em informações disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional

Com esses dados é possível localizarmos o período coberto por cada um desses impressos e seus principais traços editoriais. Todos eles tiveram vida longa, atravessando a virada do século XIX para o XX.

A RECOMENDAÇÃO DE LIVROS: o que se via antes de 1929?

Nas folhas iniciais de nossos livros encontramos comentários avaliativos sobre as obras e os autores. Eram divulgações de falas isoladas, emitidas normalmente por pessoas de destaque no cenário político ou educacional. Independente disso, ainda no século XIX, encontra-se referência a algumas obras aprovadas por comissões, como é o exemplo da que se segue:

Edital

Por esta secretaria se faz publico para conhecimento de quem convier, que a obra *Deveres do Homem* faz parte da relação dos livros approvedos pelo Concelho Diretor da Instrucção Publica em sessão de 28 de Outubro do anno próximo findo, e cujo uso é obrigatorio para as escolas publicas. Secretaria de Instrucção Publica de Pernambuco, 14 de Julho de 1867. – O Secretario, - Aureliano A. P. de Carvalho. (JORNAL DE RECIFE, 1868, p. 3).

Embora não haja informações sobre como foi essa escolha, pelo menos cita-se que a indicação e obrigatoriedade dessa obra foi decisão de um grupo que respondia pela instrução pública em Pernambuco. Mesmo assim, trata-se da indicação de uma obra isolada, que fazia “parte da relação dos livros approvedos”, e até o momento ficou sem resposta minha procura sobre que outras publicações seriam essas.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

5

Em um salto temporal, encontrei em um documento de 26 de março de 1912 (O PAIZ, RJ, 1912, p. 8), assinada por Rocha Bastos², então secretário geral da Diretoria Geral de Instrução Pública, uma lista de livros adotáveis nas escolas. Em forma de comunicação e de maneira diretiva, esse texto destinava-se aos inspetores escolares, orientando-os na forma como os professores das escolas deveriam proceder para preencher os formulários em que faziam suas solicitações de materiais e livros escolares.

[...] científicareis aos Srs. professores que devem adoptar em suas escolas collecções completas e uniformes dos livros didacticos. Esta directoria só fornecerá á mesma escola serie de cada autor, e não tomos diversos de autores diferentes, como seja: 1º livro de Vianna e 2º livro de Galhardo, etc.

Rocha Bastos (O PAIZ, RJ, 1912, p. 8) afirmava em seguida que os professores deveriam escolher dentre quarenta e três livros e quatorze mapas da lista que se seguia, de onde constavam, em Matemática:

- 18 – Olavo Freire – Arithmetica (curso medio)
- 19 – Olavo Freire – Arithmetica comparativa (curso complementar)
- 20 – José Eulalio – Arithmetica – 1ª e 2ª partes.
- 21 – José Eulalio – Postillas de Arithmetica – 1ª e 2ª partes.
- 23 – Trajano – Arithmetica primaria
- 43 – Calculo arithmetico – Alfredo do Rego Soares

Tal como acontecera no trecho aqui transcrito, onde faltava o título de número 22, os livros 16 e 33 também não haviam sido incluídos nessa listagem. Teriam sido contraindicados? Foram apenas quarenta e três as publicações avaliadas?

Em resposta a essas questões, encontrei um artigo publicado menos de um mês depois, sem autoria, e que já no título trazia críticas à administração da Diretoria Geral de Instrução Pública daquele período: “Erros ou abusos no ensino municipal? O fornecimento às escolas” (GAZETA DE NOTICIAS, 1912, p. 3). Nele apontavam-se problemas que ocorriam, tais como a “má distribuição de escolas, pelos diferentes districtos, além dos programmas exigidos para ellas, serem sempre os mesmos” (idem). É lembrado que existia em funcionamento no Distrito Federal um Conselho Superior de Instrução, “cujas funções são entre outras, dizer a respeito dos livros didacticos submetidos á sua aprovação e, consequentemente, aspirando ser adoptados no ensino municipal”(idem), e que a lista de

² Entre 10 de novembro de 1910 e 10 de novembro de 1914 era prefeito do Distrito Federal o sulista e general Bento Ribeiro, e o Presidente da República era o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

6

livros “super aprovados” que compunha a circular, recém publicada por Rocha Bastos, era na verdade um desrespeito à competência dos membros do Conselho, além de uma arbitrariedade. Aqui é oportuno retomarmos a que se propunha esse jornal em seu primeiro exemplar - “ao que cá vem, digo eu: ao que tem tenção de vir” – e o quão estava sendo fiel a este propósito mesmo passados tantos anos. Continuava crítico.

Alli não se encontra a especificação de todos os livros aprovados pelo Conselho Superior. Não. Essa lista só se refere a alguns auctores escolhidos, para a forçada preferencia do professor. O edital não diz por quem, nem como, mediante que criterio legal, [são] classificados. (GAZETA DE NOTICIAS, 1912, p. 3).

Isto respondia minha dúvida quanto ao universo de livros aprovados naquela época e minha estranheza diante de só encontrar três autores de livros de Matemática.

Além dos comentários já transcritos desse artigo, há uma denúncia ainda mais contundente a ser destacada:

O fornecimento de material e de livros para as escolas é um negocio como outro qualquer, em primeiro logar. Em segundo, esse regimen de estabelecer preferencias illegaes, por taes ou quaes auctores, ou trabalhos, póde ser muito bom para os interesses dos referidos autores ou editores, mas, francamente, é um processo excellente para excluir qualquer iniciativa que venha enfrentar os interesses desses “preferidos” pela referida circular. (GAZETA DE NOTICIAS, 1912, p. 3)

O autor lembrava que problemas dessa natureza também estavam ocorrendo, mas que lá esse tipo de alerta que ele estava deflagrando em um periódico do Rio de Janeiro já estava circulando em relação à realidade paulista.

Nos anos seguintes, ainda nessa década e na de 1920, se vê notícias sobre a revisão de livros de leitura em São Paulo, mas só encontrei uma pequena novidade em relação à comunicação de Rocha Bastos, no Distrito Federal, de 1912. Na divulgação dos livros aprovados em 1925, no Correio Paulistano (Ed. 22112, 16 fev. 1925, p. 3), havia uma classificação: “1º anno – 1º logar – 65 - Erasmo Braga, “Leitura Intermediaria”; 54 – Rita Barreto, “Corações de Crianças” – Leitura preparatoria; 27 – João Kopke, “Primeiro Livro””. Nada foi informado ao leitor sobre o significado desses números e, como ainda não encontrei o edital de chamada para a inscrição, ainda ficou essa dúvida: teria sido o número de inscrição desses livros.

Vejam agora que alterações vieram com os trabalhos de avaliação de livros escolares, em 1929, no DF.

A RECOMENDAÇÃO DE LIVROS: o que se encontrou no parecer de 1929?

O advogado, professor e admirador de Sociologia, Fernando de Azevedo, em janeiro de 1927 aceitou o convite³ para ocupar o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, função que exerceu até 1930. Enfrentando muita resistência, conseguiu promover uma grande reforma no sistema de educacional do Distrito Federal. Investiu na construção e reforma dos prédios escolares, pois, através do censo escolar realizado logo no início de sua atuação no cargo, detectara problemas tais como a insalubridade da maioria das escolas existentes e de que estas não atendiam nem à metade da população em idade escolar no DF.

Dentre essas medidas, estava a organização de uma revisão de livros didáticos. Um exemplo de divulgação dessa chamada para a inscrição de livros a serem submetidos à revisão pode ser encontrada no jornal O Paiz (RJ, 2 fev. 1928), que em Actos do Prefeito, e sob o título Aprovação de Livros Didacticos, convidava “editores e autores de livros didacticos a apresentarem na Directoria de Instrucção até o dia 15 do corrente, as obras que desejarem ver adoptadas nas escolas publicas municipaes, afim de serem submetidas ao exame da comissão de livros escolares [...]”, já nomeando os membros da equipe avaliadora.

Segundo consta desse parecer redigido por Raul Leitão da Cunha em 1929, a equipe de avaliadores começou a se reunir a partir de fevereiro de 1928, compilando e separando os cerca de trezentos livros inscritos para serem submetidos à revisão, de acordo com o edital anteriormente emitido pela Diretoria Geral de Instrução Pública.

Estabelecemos, como norma de trabalho, que todos os livros seriam lidos por todos os membros da comissão, sucessivamente, porque só assim poderiam ser evitados os inconvenientes do estabelecimento de relatores únicos e concordância automática dos demais revisores.

Reunindo-se semanalmente, tomavamos conhecimento do estudo realizado pelos relatores iniciais e depois, trocavamos os volumes para

³ O convite foi feito pelo presidente Washington Luis.

que sobre eles pudesse também pronunciar-se, a seu tempo cada um do revisores. (JORNAL DO BRASIL, 22 mai. 1929, ed. 0122, p. 20)

Comentaram que, como ainda dominavam as alterações incluídas nos novos programas, precisaram resolver também esse empecilho.

Dividiram os registros das análises em duas etapas: na primeira, a dos pareceres fáceis, registravam os “ motivos determinantes das conclusões definitivas dos membros da Comissão” (idem) e a segunda, do parecer final sobre cada obra, fechados “de acordo com aquelas conclusões, unânimes ou aceitas pela maioria” (idem). Todos esses pareceres foram entregues à Azevedo, como documentos anexo.

Nessa fase final dos trabalhos, os livros foram grupados em 5 categorias: “1- Adoptaveis sem restrições; 2 – Adoptaveis com restrições; 3 – Utilizaveis desde já, devendo ser emendados na primeira reedição; 4 – Adaptaveis em nova edição e 5 – Recusaveis” (idem).

De posse dessa informação, se consegue entender o quadro síntese das obras analisadas:

Tabela 1: Síntese do quantitativo de livros, por grupo, analisados pela Comissão revisora de livros didáticos, no DF, na gestão de Fernando de Azevedo

	1º grupo	2º grupo	3º grupo	4º grupo	5º grupo
Leitura seriada	2		5	21	18
Leitura não seriada	4	3	12	23	14
Mathematica	6	2	1	1	11
Cartilha	4		1	11	13
Hist. Natural	1		2	3	7
Educação		2	2	7	9
Hygiene				5	1
Geographia	9		2	5	5
Desenho					1
Musica	3	2			1
Inglez		1			
Grammaticas	1	6	2	5	1
Historia	2		6	3	8
Trabalhos manuaes		1		1	1
Calligraphia	1		1		

Fonte: Edital (JORNAL DO BRASIL, 22 mai. 1929, p. 20)

A professora catedrática Zelia Braune assinou a parte do relatório que correspondia aos dezoito títulos analisados em Matemática, dois em Geometria e um em Mecânica. Apenas sete das obras de Matemática revistas foram recomendadas a serem adotadas sem

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

9

restrições. Uma oitava mereceria nova edição e as demais dez foram rejeitadas, sendo que dentre essas vê-se títulos de autores consagrados, tais como Antonio Trajano e Olavo Freire. Nenhum dos dois títulos ligados à Geometria foi aprovado sem restrições.

Eis os livros de Matemática que constavam como rejeitados pela comissão:

Trajano – Arithmetica elementar – Ed. Livr. Fr. Alves
Trajano – Arithmetica primaria – Ed. Livr. Fr. Alv
Jose Rodrigues Azevedo Pinheiro – Arithmetica para crianças – Ed. Livr. Fr. Alves
Olavo Freire – Arith. Intuitiva C. elementar – Ed. Livr. Fr. Alves
Olavo Freire – Arith. Intuitiva – C. medio – Ed. Livr. Fr. Alves
Olavo Freire – Arith Intuitiva – C. complementar – Ed. Livr. Fr. Alves
Minhas taboadas ou arith. Rudimentar das escolas – B. Augusto Siqueira & Comp. – 1917
Renato Sêneca Fleury – Calculo escolar – Comp. Melhor. S. Paulo
Augusto de Miranda – Revisão e systematisação dos caracteres de divisibilidade – Pap. e typ. Marques Araujo & Comp. – 1923
Y. T. Peixoto – 500 expressões arithmeticas
(JORNAL DO BRASIL, 22 mai. 1929, p. 20)

Como antecipado, vê-se aqui alguns dos livros de Antônio Trajano e de Olavo Freire. Além disso, em um primeiro olhar, parece que essas obras têm em comum algum vínculo com o método intuitivo e as orientações metodológicas já estavam ansiando por mudanças.

CONSIDERAÇÕES

Ao buscar vestígios sobre o como se processava a avaliação de livros didáticos a serem usados nas escolas, nesse levantamento inicial busquei informações em jornais, disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Observei que havia uma diferença entre o nível de profundidade de informações divulgadas pelo parecer de 1929 e a comunicação publicada em 1912. Ambas apresentavam listas de livros aprovados, mas a similaridade entre esses documentos não passava disso.

Percebe-se na comunicação de 1912, assinada por Rocha Bastos, que nada era informado ao público sobre o que gerara aquela lista de livros que compunham o leque de opções para a escolha dos professores. Isso certamente geraria questionamentos e estes foram exemplificados em artigo publicado, em outro periódico, pouco tempo depois, onde

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

10

inclusive se levantou suspeita sobre a lisura do autor ao apontar os *super aprovados*, em detrimento de uma lista mais ampla elaborada pelo Conselho Superior de Instrução. Os membros da comissão de avaliação de livros didáticos, em tempos de Fernando de Azevedo à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, entre 1927 e 1930, tornaram público sua dinâmica e critérios do trabalho.

Percebi que havia autores e livros que constavam como aprovados na avaliação de 1912 e que foram reprovados na avaliação de 1929. Pelas obras agora rejeitadas, possivelmente aí está uma prova de mudanças nas propostas pedagógicas: o ensino intuitivo dava sinais de estar perdendo espaço às ideias

Enquanto um trabalho de natureza histórica há que se dar maior consistência a esta pesquisa, cruzando-se as fontes que aqui foram usadas com outras de natureza diversa. De qualquer forma, com esse trabalho consegui trazer as luzes para esse instante de nossa história da avaliação dos livros didáticos no Brasil, que suspeito ser um marco divisor.

REFERÊNCIAS

CORREIO PAULISTANO. **Livros Didacticos**. Ed. 22112, 16 fev. 1925, p. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pesq=revisão de livros. Acesso em: 6 jan. 2016

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. Revista **Projeto História**, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>. Acesso: 16 abr. 2016.

GAZETA DE NOTICIAS (RJ). **Erros ou abusos no ensino municipal?** O fornecimento às escolas. Ed. 122, 01 mai. 1912, p. 3. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pesq=livros aprovados. Acesso em 16 dez. 2015.

JORNAL DE RECIFE (PE). **Editais**. 16 jul. 1868, ed. 163, p. 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pesq=livros aprovados>. Acesso em: 12 ago. 2015.

JORNAL DO BRASIL. **Editais**. Ed. 0122, 22 mai. 1929, p. 20. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano 192&pesq=Editais. Acesso em: 12 jun. 2014.

KRENISKI, Gislania Carla P; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. O Jornal Como Fonte Histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). Anais do **XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

11

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundos-1.pdf. Acesso em 11 abr. 2016.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. Anais do **10º Encontro Nacional de História da Mídia**. Associação Brasileira de Pesquisadores da História da Mídia. UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 3 a 5 de junho de 2015. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view>. Acesso em 08 abr 2016.

O PAIZ (RJ). **Actos do Prefeito**: Para Aprovação de Livros Didacticos. Ed. 15810, 2 fev 1928, p. 2. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=revisão de livros. Acesso em: 08 jan. 2015.

O PAIZ (RJ). **Comunicação**: Material e livros escolares. Ed. 10.045, 07 abr. 1912, p. 8. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano191&pesq=Material e livros escolares. Acesso em: 18 set. 2015.